

**A. I. N°** - 000.888.031-0/04  
**AUTUADO** - VALNEI BATISTA MOTA  
**AUTUANTE** - MARCO ANTONIO VALENTINO  
**ORIGEM** - IFMT-DAT/SUL  
**INTERNET** - 19.08.04

## 1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF N° 0300/01-04

**EMENTA:** ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO BAIXADA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Provado nos autos que houve equívoco na autuação, já que as mercadorias (televisores) se destinam a prestador de serviços de hospedaria, não contribuinte do ICMS. Infração insubsistente. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 15/02/2004, exige imposto no valor de R\$ 4.011,79, por falta de antecipação tributária das mercadorias constantes nas notas fiscais n° 50791 e 50790, de 12/02/2004, emitida por Fujioka Cine Foto Som Ltda. Mercadorias procedentes de outra unidade da Federação, destinadas a contribuinte com inscrição baixada no CAD-ICMS. Termo de Apreensão n° 101143.

O autuado, à fl. 20, apresentou defesa alegando que as mercadorias (televisores) foram adquiridos para uso exclusivo da atividade que é desenvolvida pelo adquirente, uma vez que atua como prestadora de serviços no ramo de hospedagem. Desta forma, pede que seja revisto o processo isentando-o de quaisquer ônus referente à mercadoria apreendida.

Anexou, à fl. 22, cópia reprográfica da Declaração de Firma Individual registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia, em 30/10/97.

Outro auditor, às fls. 27 e 28, informou que as notas fiscais destinam mercadorias a pessoa jurídica com CNPJ n° 34.070.706/0003-03 e, conforme informações que colheu através do Sistema de Informações da Receita Federal se trata da empresa “Hotel Êxtase” que funciona no endereço indicado nos referidos documentos fiscais. Desta maneira, o autuado não é contribuinte do ICMS, na nota fiscal consta que se trata de venda a não contribuinte e foi destacada alíquota de 17%. Que o fato acima indicado confirma a alegação do autuado de que os televisores foram adquiridos para uso na prestação de serviços de hospedagem.

## VOTO

Analisando as peças do presente processo, verifico que foi exigido imposto devido por antecipação tributária, levando-se em conta que o contribuinte, adquirente das mercadorias, estava com sua inscrição baixada no CAD-ICMS.

O sujeito passivo argumentou que exerce atividade de prestação de serviços de hotelaria e que as mercadorias (televisores) foram adquiridos para uso no seu estabelecimento. Fato confirmado pela auditora que prestou a informação fiscal.

Como a empresa Valnei Batista Mota exercia anteriormente atividade de comercialização, tendo a inscrição n° 026.814.270, do seu estabelecimento, sido cancelada em 11/07/1996 e, em seguida,

baixada, em 18/12/2003, tendo como CNPJ o nº 34.070.706/0001-41, entendeu o autuante que se tratava de aquisição de mercadoria por contribuinte com inscrição baixada, sendo exigido o imposto devido por antecipação tributária.

Observo que as notas fiscais nºs 50791 e 50790, vias (fisco/destino) anexadas aos autos, às fls. 08 e 09, foram emitidas em nome de Valnei Batista Mota, CNPJ nº 34.070.706/0003-03, indicação da natureza da operação “venda de mercadoria a não c” e, no campo destinado ao número da inscrição estadual, a indicação “ISENTO”. Também, o autuado trouxe aos autos cópia reprográfica do seu registro na Junta Comercial deste Estado, onde consta que em 30/10/1997, o registro para exercer a atividade de “Pousada”, mantendo o mesmo número do CNPJ, no entanto, em outro endereço, fato que levou a gerar o equívoco do preposto fiscal.

Assim ficou confirmado inexistir a figura da operação com o intuito comercial, haja vista que sua destinação é para uso em estabelecimento prestador de serviços de hospedagem, não contribuinte do ICMS.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **000.888.031-0/04**, lavrado contra **VALNEI BATISTA MOTA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 16 de agosto de 2004.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE/RELATORA

ANTONIO CÉSAR DANTAS DE OLIVEIRA – JULGADOR

MARCELO MATTEDI DA SILVA – JULGADOR